
O Discurso do Método: “Uma história ou, se preferirdes, uma fábula” ?

Teresa Mora*

Muito embora vá incidir sobre um discurso bem recuado no tempo, 1736 é a data da primeira publicação de *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison et chercher la vérité dans les sciences*¹, esta obra de René Descartes não deixa porém de constituir um dos principais legados do modo como o saber científico se delimita e perpetua. De facto, para muitos de nós, a sua leitura significa, ainda e sobretudo, persistir em recebê-la e transmiti-la como o tratado filosófico-científico que funda o racionalismo moderno. Bem distante deste objectivo, começo por esclarecê-lo indo ao título com que designei esta comunicação. “O Discurso do Método: ‘Uma história, ou, se preferirdes, uma fábula’ ?” mais não faz do que colocar um ponto de interrogação no enunciado com o qual Descartes abre as primeiras páginas do seu discorrer sobre o verdadeiro caminho para alcançar a meta do conhecimento:

(...) [A]o apresentar-vos este escrito como uma história, ou, se preferirdes, como uma fábula (...), o meu objectivo é mostrar de que maneira procurei conduzir a minha razão (D.M.: 1999: 47-48).

É pois surpreendente constatar-mos a inusitada firmeza com que o nosso sistema de pensamento se dispõe a purificar o método científico cartesiano do mútuo registo autobiográfico e ficcional que o engendra. Tal é o exemplo do seguinte comentário de Alexandre Koyré, datado dos anos sessenta:

Voyons-nous Einstein, ou M. de Broglie, nous raconter leur vie – même leur vie spirituel – avant de nous exposer la théorie de la relativité ou la mécanique ondulatoire? Non, n’est-pas? Or, Descartes le fait. (...) Pourquoi se raconte-t-il à nous? (1962: 170, 173)

O que o filósofo e matemático russo assim parece demonstrar é a sua dificuldade em lidar com a proximidade entre a natureza “interna” da narrativa biográfica de Descartes e a suposta natureza “externa” do discurso científico. Bem longe de ser este o problema que o *Discurso do Método* me suscitou passo a expor os motivos que estiveram subjacentes à proposta que aqui vos trago.

Primeiro, subverter a crença na hierarquia de valores cognitivos que continua a presidir à delimitação territorial dos saberes (eg. mito, utopia, ciência). Segundo, suspender a adesividade ao pressuposto do género, o qual continua a funcionar como principal garante para compreendermos as obras que nos escrevem (eg. as quatro regras do método cartesiano são sistematicamente explicadas em função do chamado método dedutivo). Terceiro e último, prescindir da segurança de não nos cruzarmos com dispositivos do conhecimento tidos como estranhos ou sem relevo para a explicação das economias discursivas que subjazem à cartografia dos saberes científicos.

Nesta ordem de motivação, tratou-se de tomar o *Discurso do Método* como meio de transporte para equacionar a elaboração do conhecimento a partir da categoria do espaço. A partitura de sentido implicada nesta proposta foi, em resumo, a seguinte: identificar os procedimentos espaciais constitutivos do percurso de conhecimento cartesiano, articulando-os com os múltiplos tons cognitivos nos quais se desdobra o registo autobiográfico e ficcional que o engendra - relato de viagem, narrativa insular de textura utópica, travessia iniciática e fábula com a espessura de um mito de fundação.

*Universidade do Minho.

¹ As citações apresentadas são traduzidas de René Descartes, *Discours de la Méthode*, Paris J. Vrin, 1999.

Pelo tempo limitado de que dispomos, vou reduzir esta partitura a um esboço teórico, parcialmente ilustrado com algumas poucas citações do *Discurso do Método* (aquelas que vos passei)². Além disso, vou escusar-me de contemplar a fábula de um novo mundo por intermédio da qual Descartes faz a passagem da fundamentação utópica do conhecimento científico para o mito de criação no qual funda a ciência do mundo físico³.

A narrativa autobiográfica do método começa por ter os contornos de uma viagem, desdobrada em três sentidos consecutivos através dos quais Descartes nos conta a história do seu pensamento. Primeiro, o “percurso regrado” pelas paisagens do saber instituído⁴. Depois, o “desvio” às coordenadas adquiridas⁵. E de seguida, a “transgressão” ou o ir “para lá dos limites”⁶.

Vimos que a trajectória de Descartes é inicialmente delineada por três tópicos espaciais: seguir a regra, viajando pelo mundo dos livros afecto ao ensino ministrado no colégio jesuíta de La Flèche, desviar-se desta, demarcando-se do seu normal destino, e ir para lá dos limites, empreendendo uma viagem pelas várias teias de comunicação do “grande livro do mundo” europeu, a qual vem a ser coalescente com a aventura de se iniciar na busca do verdadeiro conhecimento. Porém, este traçado não esgota a topografia cartesiana e esta está bem longe de ser redutível a um percurso de conhecimento linear. Nesta perspectiva, o *Discurso do Método* viria a ser lido na conjunção do que, por facilidade de exposição, desigmo por dois níveis de análise.

Ao primeiro nível de análise desenvolvi o argumento seguinte: os procedimentos de ordem espacial constantes da narrativa filosófico-científica de René Descartes apresentam uma nítida convergência com aqueles que estruturam as narrativas utópico-sociais. Tal foi passível de ser demonstrado seja colocando lado a lado o *Discurso do Método* e, por exemplo, a *Utopia* de Thomas More (1516), seja apoiando-me em autores com estudos consagrados às narrativas utópicas, nomeadamente, Bazcko, Ricoeur, Marin, Ruyer e Moreau. Assim, para além da recorrência daqueles três tópicos espaciais (seguir a regra, desviar-se desta e ir para lá dos limites), o discurso científico de Descartes e o discurso utópico-social também recorrem a outros tantos procedimentos espaciais que breve enunciarei, seguido de alguns exemplos. Dado o tempo disponível, estes serão apenas alusivos ao *Discurso do Método*.

Primeiro, o invento do “lugar-vazio”. Dito de outro modo, o “não-lugar” a reenviar-nos ao sentido etimológico do termo utopia. Para nos fazer crer na possibilidade de inaugurar o verdadeiro conhecimento, Descartes começa por imaginar o entendimento como uma superfície plana, limpa ou depurada das falsas imagens - sinais de heterogeneidade, opiniões obscuras, sentidos enganadores, demonstrações erróneas e ilusões (cf. D.M.: 88-90) - que obstruem o caminho para bem o conduzir à luz interior da razão. Trata-se de inventar o lugar que não existe em nenhum lugar real pois sabemos que esvaziar o recipiente do entendimento é uma tarefa, senão impossível, apenas exequível na condição de ficarmos sem matéria pensante. Numa palavra, sem linguagem. Não há pois como não reconhecer que foi por recurso à ficção

² Ver notas 4, 5, 6, 8.

³ Ler, a este respeito, o quinto capítulo de *Discours de la Méthode*, no qual Descartes nos expõe sumariamente o conteúdo da sua obra de física *Le Monde ou Traité de la Lumière* (que redigira entre 1630 e 1633 mas a cuja publicação havia renunciado em virtude da condenação de Galileu).

⁴ “Desde a minha infância fui educado no estudo das letras, [...]. Lá aprendi tudo o que os outros aprenderam; e mais percorri todos os livros que me vieram ter às mãos, que tratam das [ciências] que são consideradas mais curiosas e mais raras.” (D.M. : 48)

⁵ “Mas, logo que terminei este ciclo de estudos, no termo do qual é costume ser-se acolhido na categoria dos doutos, mudei completamente de opinião. Pois encontrava-me embaraçado com tantas dúvidas e erros que me parecia não ter tirado outro proveito ao procurar instruir-me senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância.” (*ibidem*)

⁶ “Foi por isso [porque mudei completamente de opinião] que, mal a idade me permitiu sair da sujeição dos meus preceptores, [...] empreguei o resto da minha juventude em viagens, a ver cortes e exércitos, a frequentar pessoas de diversos humores e condições, a adquirir experiência, a experimentar-me a mim próprio nos encontros em que o acaso me colocava (...). Existia sempre em mim um desejo extremo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso [...]” (*ibid.*: 55-56)

utópica do lugar vazio que Descartes criou a ilusão de se ter deslocado deste “lugar-aqui” para um “lugar-outro”, concebido (vê-lo-emos) como o melhor dos lugares e, por isso mesmo, eutópico ou perfeito. Segundo, o “ponto fixo”, centro ou referência (os termos são de Michel Serres), em ordem ao qual se define uma circunscrição de sentido inovador. Trata-se de fazer a passagem de um espaço de pensamento ainda por definir para a localização (e, por isso, fixação) de um ponto de vista a partir do qual o actuante do conhecimento vai centrar o espaço interno do pensamento e centralizar o espaço exterior como uma mesma condição de inteligibilidade. Terceiro, quarto e quinto, o “preenchimento”, o “fechamento” e o “isolamento” dessa circunscrição de sentido, sempre em conformidade com o ponto fixo que a enforma, como tal, agindo na defesa territorial dos limites que a estabilizam e, por conseguinte, conferindo à aventura espacial do conhecimento o destino de retornar ao tópico da regra.

Em virtude de ter já ilustrado o recurso ao invento do lugar vazio passo apenas a esclarecer os restantes procedimentos. Em Descartes a definição do ponto fixo é suportada pela firme resolução do filósofo se estudar, dispondo-se de uma vez por todas a tirar de si todas as opiniões que havia recebido até então a fim de “lá voltar a pôr outras melhores ou as mesmas, quando as tivesse ajustado ao nível da razão” (cf. D.M.: 62). Esta viagem ao interior de si próprio (ela mesma expressiva de um movimento de internalização da referência) é, no plano do sujeito pensante, dobrada pela decisão do filósofo se isolar num habitat metafísico, a alma racional inteiramente separada da natureza física do corpo (cf. D.M.: 123-124), e vem, no plano espacial, a ser redobrada pela circunscrição do eu a um espaço de clausura e dilatação abstractiva. Descartes decide fechar-se todo um dia na sua poêle (quarto aquecido pelo fogão), onde vai ocupar-se em preencher o seu pensamento através de cinco objectos de linguagem: os edifícios, as cidades, as constituições, as ciências, e os juízos que nos governam (cf. D.M.: 59-61). Trata-se de deslocar todos os objectos para o lugar eutópico ou perfeito.

De facto, em viagem ao interior de si, Descartes dedica-se metódica e circularmente a conformar cada um destes tropos à mesma figura da desordem ou impureza (as cidades “mal proporcionadas”, “as ruas desiguais”, os nossos juízos “contrários uns aos outros” e assim sucessivamente) para logo de seguida os transformar na forma-outra, idealmente ordenada ou pura: um só arquitecto a construir os edifícios, um só engenheiro a desenhar as cidades, um só legislador a laborar as constituições, um só filósofo a constituir as ciências, uma só faculdade, a racional, a submeter todos os juízos, anteriores e exteriores, ao uso pleno da razão. Configuração perfeita porquanto tratou-se de reunir na figura do viajante insular a função de instituir a razão como lei (centro ou domínio) do verdadeiro conhecimento e a acção de projectar no espaço a regularidade de que devem ser dotadas as suas realizações.

São estes seis procedimentos (lugar vazio, ponto fixo, preenchimento, fechamento, isolamento e retorno à regra) que constituem o que designei por configuração insular-utópica. A sua presença revelou-se uma constante em quadros de sentido reivindicativos de uma alternativa radical ao conhecimento adquirido. Tal o caso presente da ciência utópica de Descartes.

Tal o caso similar das utopias sociais, onde a delimitação e o preenchimento do “dever ser” societal, a sociedade perfeita, depurada das contradições que o utopista atribui à cultura de pertença, também vem a ser totalmente fixado na racionalidade geométrica⁷.

⁷ Nas utopias sociais toda a construção alternativa ao instituído (eg. uma outra religião, economia, família, etc.) procede por desinstitucionalização dos sistemas vigentes para os voltar a ordenar sob uma forma alternativa de composição societal, alicerçada nos procedimentos constitutivos da insularidade utópica. A ilha d’ *A Utopia*, ou um seu equivalente funcional (eg. uma planície rodeada de montanhas, o sol, a lua), separa as múltiplas formas visíveis da sociedade (que nela se inscreve) do mundo externo e imperfeito. Nomeadamente, pelo isolamento geográfico do exterior, pela constituição de defesas (eg. muralhas, fossos, sentinelas), pela autosuficiência da organização colectiva e pela expulsão da alteridade, a qual vem a ser, urbanisticamente, expressa na recorrência das figuras do círculo e do quadrado, enquanto formalizações da linguagem dominante e defensiva da razão, e, sociologicamente, impressa na perfeita conformidade entre o plano legislativo da ordem societal e o domínio quotidiano da acção social.

Ao segundo nível de análise, desenvolvi o argumento segundo o qual a inauguração da verdadeira ciência enquanto destino do percurso utópico de Descartes exigiu para ser alcançada o que designo por uma travessia iniciática. Isto é, recorrentemente delineada por dois rituais, expurgação e transparência, que se revelaram absolutamente necessários à inauguração do “dever ser” científico. O primeiro ritual, constante do imaginário utópico da virtualidade pura, assaz praticado por Descartes e auferido por todos aqueles que subsistem na fórmula segundo a qual os filhos da ciência moderna são os herdeiros de um passado puramente científico do pai, consiste em expulsar as impurezas inscritas no actuante do conhecimento, enquanto requisito imprescindível à auto-revelação do ser depurado (ou científico). O segundo ritual, tão imprescindível quanto o primeiro e a reenviar-nos para o mito da verdade que ainda sustenta o nosso imaginário cultural de crença na ciência, consiste em engendrar activamente a perfeita reflexibilidade ou transparência entre o interior (affecto ao movimento autocentrado do pensamento) e o exterior (relativo aos objectos de linguagem).

Estes dois rituais trazem implicado um movimento de ultrapassagem ou superação de sucessivos obstáculos e provas, passível de ser exemplificado, entre outros, pelos seguintes ritos topográficos de insularização: a domesticação da vontade, adscrita às quatro regras da moral cartesiana, e a dominação interna do pensamento, afecta às regras do método. Com a provisão de uma moral Descartes organiza-se num espaço liminar ou de fronteira entre a ciência adquirida no colégio de La Flèche e a prometida ínsula racional. A sua funcionalidade é superar a insegurança de se perder na “terra movediça” da errância (no duplo sentido do erro e da deambulação) e, correlativamente, preparar o espírito para agir em conformidade com um novo código de conduta espacial que será estabelecido pelas regras do método.

Ora, cada uma das regras morais é, como as citações que vos passei o permitem constatar⁸, claramente definida por categorias de ordem espacial. Assim, e por exemplo, pela primeira regra Descartes resolve seguir só as opiniões de meio, ou situadas no meio, entre opiniões opostas, o que lhe permite ultrapassar a contradição que adviria de enveredar por um caminho diametralmente oposto à direcção certa.

Assim, e por exemplo, pela terceira regra o filósofo postula participar totalmente da geometria da razão na medida em que se autodefine como centro ou ponto fixo da acção de conhecer, o que, nas palavras do próprio, significa proceder em relação às coisas que lhe são “exteriores” na inteira dependência do poder absoluto dos seus pensamentos “interiores”.

O mesmo se passa, logicamente, com as regras do método, as quais também constituem exemplos notáveis, ainda que nem sempre por nós reconhecidos, de sintaxe espacial (cf. D.M.:68-71). Limito-me a este respeito a chamar a atenção para o próprio significado da palavra regra. A regra à qual atribuímos o valor sociológico do caminho que deve ser seguido (a tal norma de conduta) tem, antes de mais, um sentido espacial: é uma linha direita que segue a trajectória de uma linha recta ou directa, menor trajecto entre dois pontos, sem desvio ou mudança de direcção. Por conseguinte, é apenas em virtude do critério geométrico que a funda que esta assume o valor idealizado de uma distribuição espacial uniforme e unidimensional que serve de guia à acção de ir de um ponto (ou lugar) para outro. A regra põe-nos no “bom caminho” na medida em que o seu traço regular, regido sempre pela acção de ir numa mesma direcção, minora o risco que advém das múltiplas formas possíveis de percorrermos uma extensão.

Certa de ter tornado presente o pensamento de Judith Schlanger, para quem a geografia da razão procede do conflito entre os seus dois poderes constitutivos - o desejo de sair, fonte de embaraço

⁸ “A primeira [máxima] era [...] seguir só as [opiniões] mais moderadas, [...], com o fim de me afastar menos do verdadeiro caminho, no caso de errar, do que me afastaria se, havendo escolhido um dos extremos, fosse necessário ter seguido o outro.” (*ibid.*: 77-78). “A minha segunda máxima era [...] andar sempre o mais a direito possível numa mesma direcção, e não alterá-la, por frouxas razões [...]” (*ibidem*). “A minha terceira máxima era [...] habituar-me a acreditar que, afora os nossos pensamentos, nada há que esteja inteiramente em nosso poder [...]” (*ibid.*:80). “Finalmente, [...] pensei que o melhor que tinha a fazer era [...] empregar toda a vida [...] a avançar o mais que pudesse no caminho da verdade, seguindo o método que me tinha imposto.” (*ibid.*: 81-82)

intelectual, e a vontade de imobilização numa possessão de sentido estável -, espero, com esta comunicação que já vai extensa, ter minimamente contribuído para nos perdermos no espaço topograficamente denso mas não confuso do saber.

Bibliografia

- BACZKO, Bronislaw, 1985: “Utopia”, *Enciclopédia Einaudi, Anthropos-Homem*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 333-396.
- DESCARTES, René, 1999 (1637): *Discours de la Méthode pour bien conduire sa raison et chercher la vérité dans les sciences*, Paris, J. Vrin.
- KOYRÉ, Alexandre, 1962: *Introduction à la lecture de Platon suivi de Entretiens sur Descartes*, Paris, Éditions Gallimard.
- MARIN, Louis, 1973: *Utopiques, Jeux des espaces*, Paris, Minuit.
- MORA, Teresa, 1995: *Sociologia e Utopia. O valor cognitivo da idealização utópica nos processos de construção do conhecimento sociológico*, Braga, Universidade do Minho, policopiado.
- MORE, Thomas, 1992 (1516): *A Utopia*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores.
- MOREAU, Pierre-François, 1982: *Le récit utopique. Droit naturel et roman de l'état*, 1er ed., Paris, PUF.
- RICOEUR, Paul, 1991 (1986): *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Edições 70.
- RUYER, Raymond, 1950: *L'Utopie et les utopies*, 1er ed., Paris, PUF.
- SCHLANGER, Judith, 1992: “La connaissance comme exploration et comme conquête”, *Diogène*, nº 160, octobre-décembre, 63-77.
- SERRES, Michel, 1972: *Hermes II, L'Interférence*, Paris, Minuit.